

# EM DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA NÃO SE MEXE: RENOVAR COMPROMISSO COM RADICALIDADE E COERÊNCIA ÉTICA

POSICIONAMENTO DO CONSELHO PLENO  
DO CRESS-SP DIANTE DA ATUAL CONJUNTURA<sup>1</sup>



**N**o ano em que comemoramos os 80 anos do Serviço Social no Brasil, é tarefa política dessa categoria reafirmar o legado que essa profissão vem construindo ao longo da história, sobretudo no que se refere à recusa da neutralidade e à necessária tomada de posição na luta pelos legítimos interesses da classe trabalhadora.

Nesse contexto tão complexo e difícil que estamos vivendo no Brasil, a tônica de uma análise de conjuntura responsável e comprometida deve ser a radicalidade (entendida na concepção marxiana – ir à raiz) da direção social vinculada a uma perspectiva de classe, que garanta uma análise racional das determinações que têm afetado a vida da classe trabalhadora e exigido, cada vez mais, uma postura ético-política de resistência, luta e coragem.

Tendo como pressupostos os elementos de recusa da neutralidade, de uma análise que utilize a história como aspecto importante de se captar o movimento do real e suas contradições e o lugar do qual falamos que é o reconhecimento enquanto classe trabalhadora, essa análise de conjuntura se dividirá em quatro momentos:

1. Breve contextualização da situação política brasileira;
2. A ofensiva do conservadorismo;
3. Breve contextualização da situação do estado de São Paulo;
4. O rebatimento desses aspectos no Serviço Social.

## 1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA

Primeiramente, o acúmulo teórico-político do Conjunto CFESS/CRESS tem amadurecimento suficiente para reconhecer e afirmar que a crise estrutural do capital (que não é nacional, mas internacional) há

<sup>1</sup> Texto base das diretoras Kelly Rodrigues Melatti, Diretora Estadual do CRESS-SP e Kátia Maria Deola, diretora da Seccional de São José dos Campos, apresentado na Assembleia Geral Ordinária dos/as Assistentes Sociais de 18/6/2016, reivindicado pelo Conselho Pleno e aprovado por este em 16/7/2016.

---

tempos tem manifestado seus ataques à classe trabalhadora, seja na repressão de suas lutas (inclusive com históricos de assassinatos, como é o caso de militantes indígenas), seja na cooptação/institucionalização de suas forças mais progressistas, seja nas estratégias de conciliação de classe que pouco oferecem resistência ao modo de produção capitalista que é a origem da exploração expressa nos mais perversos rebatimentos na vida de trabalhadores/as.

A destruição de direitos da classe trabalhadora ganha ênfase desde a adesão à política econômica neoliberal vigente no Brasil de 1990, de forma que todos os governos, de formas diferenciadas, aplicam medidas de ajustes que atingem a vida da classe trabalhadora. Governos legítimos e ilegítimos parecem caminhar, mesmo que de modo diferente, nas mesmas perspectivas de atender às necessidades dos mercados, sobretudo o mercado financeiro.

Então, os retrocessos sociais em termos dos direitos da classe trabalhadora, muito embora evidenciados no governo oportunista de Michel Temer, não são nenhuma novidade, isso porque a classe trabalhadora vem pagando a conta dessa crise há tempos. Não podemos deixar de citar que os interesses do agronegócio, dos/as banqueiros/as, da mídia, ao longo da história brasileira, tiveram grande proteção/investimento do Estado brasileiro para alavancar os processos de exploração da classe trabalhadora, em função do aumento do lucro e da reprodução do capital. Nos últimos 12 anos, não foi diferente e vimos isso materializado na nomeação de sujeitos significativos desses setores burgueses para os Ministérios, no financiamento empresarial de campanhas eleitorais, nos aspectos ideológicos das notícias veiculadas na grande mídia, na aliança com partidos historicamente e declaradamente vinculados aos interesses burgueses e conservadores da sociedade brasileira, entre outros exemplos.

Para elucidar essa questão, faz-se necessário retomar o contexto, por exemplo, do Projeto de Lei 30/2015, que dispõe sobre os contratos de terceirização; as Medidas Provisórias 664 e 665 de 2014, que alteram regras para acesso ao seguro-desemprego; o ajuste fiscal anunciado em 2015, que retirou verba das políticas sociais, denotando prioridade no pagamento de juros da dívida pública; e a aprovação da lei antiterrorismo em março de 2016, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, que significa um instrumento legal importante para a repressão, sobretudo, dos movimentos sociais.

*Nesse sentido, o que está colocado na agenda da sociedade brasileira, em especial à classe trabalhadora, no que se refere à retirada e ameaça aos direitos historicamente conquistados? Como temos avaliado os aparentes avanços nas políticas sociais em face de fatos concretos que demonstram a vinculação das ações governamentais com os interesses burgueses?*

Por mais que tenhamos o reconhecimento de que esses retrocessos não datam de maio de 2016, mas, pelo contrário, encontram na história condições objetivas de reprodução de uma lógica de afirmação do capitalismo, não podemos negar que, desde o afastamento da presidente Dilma, esses retrocessos ganharam alto grau de ataque à classe trabalhadora e exigem resistência à altura. O projeto chamado “Ponte para o Futuro” foi construído na iminência da tomada oportunista do poder executivo e, agora, tem se mostrado, de maneira ilegítima, como uma saída para a crise do capital que acomete o País. Ocorre que tal “saída” é uma resposta falaciosa à classe trabalhadora - na verdade, ela corresponde a uma saída da direita e não interessa em nada às garantias necessárias a uma classe que continua sendo explorada e ‘pagando a conta’ para continuidade de reprodução do capital, enriquecendo ainda mais os/as poucos/as beneficiados/as acionistas da dívida pública em detrimento de milhões de brasileiros/as que encontram-se sem trabalho, com condições precárias de acesso a serviços, com contratos de trabalho precarizados, nas ruas dos grandes e pequenos centros urbanos, entre outras expressões de barbárie a que a classe trabalhadora está exposta.



---

O que tem surgido como resposta, a chamada “Ponte para o Futuro” versa sobre iniciativas de privatização do que sobrou de estatais, uma contrarreforma da seguridade social, a redução e fusão de Ministérios, desconsideração do acúmulo político em áreas extremamente importantes como a educação, com os diálogos mantidos com representantes do projeto/movimento “Escola sem Partido”.

O que podemos destacar é que há evidências de estratégias de utilização do fundo público para satisfazer aos interesses privados; há uma pressa nas reformas dos conteúdos que dizem respeito às políticas de seguridade social e ao desmonte dos direitos sociais universalizados, além de um acirramento no ódio de classe e um obscurecimento das análises por meio de uma mídia antidemocrática e de aspectos ideológicos de reprodução dos interesses das classes dominantes.

Hoje, observa-se uma ânsia por se resolver a corrupção e essa fala está presente na mídia, nos diálogos cotidianos, nas opiniões e postagens em redes sociais, no discurso raso e aparente da realidade. *Mas a corrupção seria o início ou resultado dos anseios capitalistas? A corrupção precisa ser combatida e, sem dúvida nenhuma, ela tem uma marca significativa na história brasileira que obstaculiza os avanços necessários em termos de condições objetivas de vida da classe trabalhadora, investimento e financiamento de políticas sociais, entre outros aspectos. Mas não seria a corrupção um movimento próprio do modo de produção que usurpa a mão de obra dos/as trabalhadores/as para obtenção de lucros cada vez maiores? O que está no pano de fundo desse discurso contrário à corrupção?*

Outro discurso bastante evidenciado nesse contexto de crise política é o discurso pela democracia eleitoral. Nesse caso, é importante apontar que a democracia não pode ser uma abstração, não é possível defendermos apenas discurso ou a ideia de garantia da democracia eleitoral sem que ela tenha concretude na vida material da classe trabalhadora. A defesa da democracia deve se dar nos aspectos mais concretos e cotidianos da vida social. Nesse sentido, nos valem de uma citação de Mauro Iasi (2016), em sua coluna no blogue da Boitempo:

*“A democracia não morre apenas por manobras palacianas e parlamentares, por meio de contorcionismos e oportunismos legais. A democracia agoniza quando um pedreiro é sequestrado, torturado, assassinado e tem seu corpo escondido, como o corpo de Amarildo. A democracia agoniza com seu corpo arrastado por uma viatura, como o corpo de Claudia. A democracia morre em cada jovem negro que engrossa a lista dos famigerados autos de resistência. A justiça definha quando Rafael Braga continua preso por portar um desinfetante e militantes são processados por se manifestarem contra as fraudulentas obras da Copa do Mundo da FIFA. A democracia morre com cada casa que cai na Vila Autódromo, em cada comunidade indígena atacada por pistoleiros, em cada cidade arrasada pela lama das mineradoras ou a sanha de empreiteiras. Depois de transformar a democracia numa abstração que não faz sentido para boa parte de nossa classe, não se pode esperar que as pessoas se mobilizem para defendê-la”.*

Diante desses fatos, outras perguntas são suscitadas: *podemos dizer que a classe trabalhadora, vivenciando os diversos ataques a seus direitos históricos, experimentam em seu cotidiano o valor de democracia? O que esse contexto tem exigido da classe trabalhadora em termos de sua organização? O que esse contexto tem exigido das organizações de esquerda, sobretudo no que se refere à construção de unidade de ação que possa ir à raiz de todos esses elementos? As lutas de classes estão pautadas em quais determinações da*



---

*realidade social? Como temos negado os idealismos e as abstrações para a defesa das garantias de direitos políticos, civis, sociais na vida cotidiana e material da classe trabalhadora?*

## **2. A OFENSIVA DO CONSERVADORISMO**

Nessa mesma perspectiva, a presença do conservadorismo também não data de agora, pelo contrário, está na base da formação sócio-histórica do Brasil e se reatualiza de maneira bastante forte no contexto das relações sociais, culturais e políticas. Nesse sentido, essa característica conservadora se soma às ações burocráticas do Estado e cria condições para que os ataques à classe trabalhadora sejam cada vez mais perversos e difíceis.

Isso fica evidenciado, nos últimos tempos, na própria configuração do legislativo brasileiro, que tem uma composição que, ousamos dizer, ameaça a já frágil laicidade do Estado, pois interesses religiosos ameaçam direitos vinculados à liberdade de consciência, interferem nas pautas políticas dos movimentos sociais e de interesses legítimos da classe trabalhadora. A votação do Congresso Nacional pelo afastamento da presidente Dilma Rousseff evidenciou esses aspectos de maneira bastante intensa, quando deputados/as retomavam a família, divindades e interesses particulares como justificativa de voto, destacando que o espaço privado se apropria do Estado para a defesa e reprodução de lógicas de dominação/exploração bastante claras e em favor dos interesses burgueses.

O Estatuto da Família (projeto de lei), o Estatuto do Nascituro (projeto de lei), a retomada da PEC 171/1993, que dispõe sobre a redução da maioria penal, o projeto que dificulta o acesso ao aborto seguro para mulheres vítimas de violência sexual, o pouco avanço em termos de ações efetivas acerca do combate à LGBTfobia são apenas alguns exemplos de como essa lógica ofensiva do conservadorismo se materializa no Estado brasileiro e cria condições, juntamente com as ações da burocracia estatal, para que a classe trabalhadora, no processo de exploração/opressão, ‘pague a conta’ da crise econômica e moral do modo de produção capitalista.

A cultura do estupro, a máxima de “mulher bela, recatada e do lar” e os Ministérios ilegítimos sem composição feminina também revelam retrocesso da sociedade brasileira em determinar qual o lugar da mulher, sem reconhecer sua luta histórica, seu papel fundamental para o avanço dos direitos sociais e sem reconhecer as opressões cotidianas que estão direcionadas às mulheres, sobretudo pobres, negras e periféricas. A tudo isso, não podemos deixar de dizer: lugar de mulher é onde ela quiser e machistas jamais passarão!

As questões indígena, racial, geracional, enfim, em termos de direitos humanos numa concepção classista, têm visto rebatimentos bastantes avolumados no que se refere à ofensiva conservadora.

As medidas no âmbito dos três poderes que versam sobre esses aspectos não laicos e conservadores ganham vulto no ‘miúdo do cotidiano’, que, por vezes, de forma alienada e alienante, naturaliza ainda mais a cultura do estupro, as práticas racistas, de LGBTfobia, a violência contra crianças e adolescentes, o extermínio da juventude negra, a criminalização dos movimentos sociais com forte repressão militar e a xenofobia, entre outros.

*Como temos resistido a esses ataques? Quais os rebatimentos de falas e ações de cunho fascista na vida social da classe trabalhadora?*



---

### 3. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nessa mesma perspectiva, na toada de ataque à classe trabalhadora, podemos destacar algumas particularidades do estado de São Paulo, no governo de Geraldo Alckmin:

- Sustentação do atual governo Temer;
- Defesa da reforma trabalhista e previdenciária;
- Composição do “Projeto Ponte” junto à Fiesp;
- Desmonte das políticas públicas quando sucateia os serviços oferecidos à classe trabalhadora como saúde, educação, transporte, habitação e assistência social, entre outros;
- Boicote à implantação do SUAS.

Em 2015, o governo estadual tentou uma proposta de reorganização escolar que teve como resposta a mobilização e ocupação de cerca de 200 escolas (2015 e 2016). A essa situação, somamos o “desaparecimento” da merenda escolar. Agravando ainda mais essa realidade, temos uma política clara de criminalização dos movimentos sociais; uma polícia que mata e gera violência nas comunidades, como o caso do menino de 10 anos assassinado recentemente; temos a não aprovação no currículo escolar do conteúdo de gênero; a mobilização contra o aumento das passagens.

No município de São Paulo, o governo Haddad:

- Sempre foi base de sustentação do governo Dilma;
- Sucateia as políticas públicas quando imprime perda de direitos dos/as trabalhadores/as;
- Não garante a chamada dos/as aprovados/as nos concursos públicos;
- Cria projeto de desfavelização das praças (14 mil pessoas morando nas ruas da cidade e 8.500 vagas nos abrigos).

### 4. O REBATIMENTO DESSES ASPECTOS NO SERVIÇO SOCIAL

Tanto do ponto de vista da formação quanto do trabalho profissional, pela trajetória histórica dessa profissão, a leitura crítica da realidade é aspecto fundamental para subsídio das ações dos/as assistentes sociais, isso porque trata-se de uma profissão que se reconhece enquanto trabalhadora e, portanto, vivencia todos esses ataques aqui mencionados e também porque em sua intervenção, sobretudo nas políticas sociais, é um agente profissional que atende à classe trabalhadora e que, portanto, tem uma tarefa política de fomentar o debate e a reflexão que associe cada vez mais o projeto profissional a um projeto societário anticapitalista.

Recuperando o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, elucida-se como princípio VIII a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero.” Dessa forma, seguindo esse princípio, é necessário que a leitura da realidade passe por uma vertente racional de análise, que possa ir na radicalidade de recusa do capitalismo e, portanto, com uma clara direção social de que a conciliação de classe não é (ou não demonstrou ser) saída para uma nova ordem social diferente do capitalismo. Significa dizer que a vinculação com os princípios explícitos no Código de Ética deve pautar a independência e autonomia das



---

entidades da categoria profissional, em especial os Conselhos, para que continuem superando sua mera ação cartorial e de aparelho do Estado, para o patamar de defesa robusta e incondicional da profissão e, portanto, defesa de sua opção teórica vinculada a projetos societários revolucionários.

Dessa forma, pensamos que é urgente explicitar as divergências existentes no interior dessa profissão, até mesmo pela trajetória histórica desses 80 anos, elucidando os movimentos que hoje não mais se assemelham ou se identificam nessa perspectiva classista, para que possamos, de fato, fortalecer um projeto ético-político que se pretenda revolucionário, negando o modo de produção capitalista por entender que em seu interior não há possibilidade de reforma que não recaia sobre a exploração/dominação/opressão da classe trabalhadora.

Pensa-se, dessa forma, na necessidade de reafirmação dos valores de liberdade, autonomia e emancipação em seu aspecto concreto (não idealista) de construção histórica, tendo como horizonte o fim do capitalismo e apreendendo as mediações cotidianas para a construção histórica (não de uma profissão, mas de uma ação revolucionária classista), para um patamar de total desenvolvimento dos indivíduos sociais, sem que as condições objetivas criem e imponham limites e determinem o lugar de explorados/as e oprimidos/as a homens e mulheres que produzem a riqueza social.

A gestão Ampliações - Das Lutas Coletivas à Emancipação foi forjada, eleita sem qualquer recuo e temor, e vem cumprindo seu dever político. Assim, corroboramos o CFESS Manifesta de junho de 2016, intitulado *Em Tempos Desiguais, não Tememos! O Serviço Social e o Contexto de Retrocessos*, entendendo que a conjuntura atual convoca a categoria à/ao:

1. Contribuição com a organização da classe trabalhadora, como parte dela;
2. Defesa da proteção social do Estado por meio da seguridade social;
3. Defesa do trabalho e da profissão de assistente social;
4. Defesa intransigente dos direitos humanos, ampliando os direitos das mulheres, negros/as, população LGBT;
5. Democratização da comunicação;
6. Luta contra toda forma de criminalização dos movimentos sociais;
7. Alinhamento ao posicionamento por “nenhum direito a menos”.

Nessa perspectiva, o CRESS-SP tem a reedição da campanha *Em Direitos da Classe Trabalhadora Não se Mexe*, que se propõe oferecer uma unidade nessa bandeira de luta que recusa todos os retrocessos da sociedade brasileira, nesse ou em qualquer outro governo, e reafirma tanto a recusa da neutralidade dessa profissão quanto seu aspecto combativo e corajoso na luta e resistência pelos interesses da classe trabalhadora.

**A saída para nós, trabalhadores/as, é a mobilização!**

**Lutar não é crime! Só a luta coletiva muda a nossa vida!**

**Em direitos da classe trabalhadora não se mexe!**

**“Trabalhadores do mundo, uni-vos.”**  
**MARX, Karl**

